



**GT – 21: Território, conflitos e ativismos sociais urbanos**

## **O ATIVISMO CARTOGRÁFICO DO COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA<sup>1</sup> (CSOSP)**

**quando o morador de favela se torna cartógrafo**

Diego Rodrigues Borges  
Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – UFRJ  
diegoborges83@gmail.com

**RESUMO:** O trabalho a ser apresentado faz uma análise do ativismo cartográfico do Comitê SOS Providência do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro. Apoiado pela assessoria técnica cartográfica do Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM), o trabalho desenvolveu materiais cartográficos de recenseamento, cartografia social e mapas temáticos digitais. Desta forma, os estudos e as relatorias dos mapeamentos tiveram como fundamental atenção a relação entre os processos de formação em cartografia com a prática de produção dos mapas pelos moradores, isto é, de quando os moradores fazem da cartografia autoproduzida um novo canal de difusão das suas representações e poder simbólico.

**Palavras-chave:** ativismo cartográfico, Comitê SOS Providência, Negram.

---

<sup>1</sup> Orientador: Prof. Dr. Luis Régis Coli Jr.

## 1. INTRODUÇÃO

---

O trabalho em tela tem como centralidade a análise do ativismo cartográfico do Comitê SOS Providência (CSOSP) a partir dos estudos do processo e dos mapas produzidos por esse sujeito coletivo junto da assessoria técnica do Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM). Estruturado sob uma relação de horizontalidade epistêmica, isto é, que não possuem efeitos hierárquicos entre os saberes geográficos vernaculares e doutos (NACIF; NAME, 2013, p. 7), o trabalho se materializa no alinhamento, entre os atores, de concepções políticas relacionadas à crítica ao *status quo* moderno-capitalista. Ademais, essa relação horizontal também implica em processos de autocritica sobre a própria concepção de conhecimento dos/entre os atores, permitindo assim maior profundidade comunicacional e de aprendizado e/ou transformação mutua entre as partes – acadêmica e popular. Sobre esse processo Hale (2018, p. 314) fala que:

A pesquisa ativista propõe estabelecer relações colaborativas entre pesquisadores pertencentes ao mundo acadêmico e intelectuais associados a um grupo organizado em luta. Embora este alinhamento possa ser entendido como um gesto de descolonização, pela valorização do conhecimento dos grupos que estão em luta, a sua ênfase principal é diferente. Em vez de uma descolonização prioritária das nossas categorias de análise, propõe-se colocar essas categorias e ferramentas de investigação ao serviço das lutas subalternas, promovendo o diálogo com outros saberes e submetendo ambos à crítica mútua.

De toda forma, o saber cartográfico, em tempo recente, tornou-se uma arena. Diante da sua manipulação por grupos sociais subalternizados, sobre a sua produção e uso, disputa-se a sua funcionalidade/finalidade política, assim como a sua linguagem. Uma concorrência em que interagem efeitos de poder sobre a produção de conhecimento, quando mobiliza, sobretudo, um tensionamento sobre a “opinião pública” a partir da inscrição da “opinião” e simbologia subalternizadas no mapa. Um processo qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais – de (re)pensar as situações, conjunturas, práticas, relações, desejos com/nos lugares – que engendra a luta por direitos e pela valorização de outras concepções culturais. Outro fator importante deste mapeamento é a denúncia/desmistificação da neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática como versão única ou

oficial da representação por mapas, assim como a desconstrução sobre a própria simbologia convencional.

Esta forma de manifestação da crítica mediante o mapa, como veículo do discurso subalternizado que enfrenta processos de desterritorialização e de afirmação da diferença, compreendemos como ativismos cartográficos, como nos diz Santos (2011, p. 1):

as tecnologias de representação espacial vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia (p. ex, profissionais cartógrafos, geógrafos, e grandes empresas como a Google). Tudo isso dialoga com renovados debates sobre as representações espaciais que acreditamos tensionar a cartografia a partir de três eixos de debate: uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa. Operamos com a ideia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “ativismos cartográficos”.

A cargo da disseminação de *softwares* produtores de mapas, temos a difusão de novos “usuários” nesta quadra. Um processo que interage novas possibilidades de representação do espaço com outras perspectivas simbólicas ancoradas na experiência vivida e na sua relação e/ou re-ação com as “situ-ações” nesse/desse espaço. Os novos cartógrafos podem agir de formas distintas e/ou contraditórias no processo de definição do que se quer discursar. A questão que se coloca nesta quadra é que, o que vai para o mapa é decidido pelos que produzem o espaço-lugar representado.

Em síntese, dois fatores se destacam como elementares para a nossa investigação sobre os ativismos cartográficos sob o viés crítico: (i) a popularização dos dispositivos técnicos fazedores de mapas e; (ii) a aproximação de cartógrafos criticamente engajados. Sobre o primeiro ponto, o surgimento e a disseminação de uma variedade de ferramentas informáticas para a produção de mapas, segundo Coli (2010), são uma das principais razões para a multiplicação dessas novas experiências – com suas diferentes temáticas, objetivos e discursos que escapam da detenção tecnocrática de se fazer mapas. O sociólogo considera, neste caminho, junto à diversidade de representações e simbologias permitidas nesses novos mapas, ou mapas populares, ou mapas não-tecnocráticos, o nexos de uma divisão política.

Conceituado nos seus estudos como “objetos fronteira”, percebemos neste processo a desqualificação em definitivo de se interpretar a cartografia como um instrumento de uso exclusivamente estatal, com sua secular “edificação monolítica autônoma” (HARVEY e CHRISMAN, 1998 *apud* COLI *In*: ACSELRAD, 2010, pg. 97).

Sobre o segundo ponto, os atores aqui denominados cartógrafos sociais criticamente engajados são geralmente compostos por estudantes, técnicos, ativistas, universidades, ONGs, dentre outros, que podem se utilizar tanto da sua *expertise* para feitura como também da maior legitimidade institucional das entidades em que estão vinculados, corroborando para as populações apoios nos âmbitos técnico e/ou político.

Contudo, o que se estabelece entre o CSOSP e NEGRAM é uma parceria que culmina na materialização tanto da abertura de “um caminho alternativo para a produção do conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais” (CORREIA, 2007, p. 20), mobilizando a partir de intenções e leituras espaciais críticas a criação de objetos temáticos cartográficos críticos, assim como, nos diz Tanaka *et al* (2022, p. 104), diante da influência e contribuição de grupos de assessorias técnicas aliados quando por meio de suas *expertises* e vínculos institucionais fortalecem politicamente os grupos subalternizados

Esse conjunto de agentes “externos”, que vem sendo denominados de “apoiadores”, por sua vez, atua diretamente no papel de legitimação técnica do produto do planejamento perante o poder público e perante a sociedade. São eles, muitas vezes, que vão conferir condições políticas para que grupos subalternos se vejam capazes de contestar decisões tomadas por grupos de poder que lhes ameçam, abrindo espaços onde denúncias possam ser expressas abertamente e direitos reivindicados, sem medo de retaliações, e propostas alternativas possam ser consideradas e equiparadas às propostas “oficiais”.

A partir desses processos e reflexões e, fundamentalmente, por meio da análise dos mapas feitos, buscamos compreender e responder o fenômeno prenunciado no nosso subtítulo: quando o sujeito vira cartógrafo?

## **2. O COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA**

---

O Comitê SOS Providência constitui-se a partir da formação de um gabinete de emergência organizado pelos agentes sociais do Morro da Providência<sup>2</sup> Galeria Providência, Casa Amarela, Proviturismo e Rio Memória e Ação para enfrentar os impactos à saúde e às questões socioeconômicas decorrentes da pandemia causada pela covid-19 nos primeiros meses do ano de 2020. De outra forma, essa articulação se justificou também por conta da completa alheação do Estado em relação aos moradores de favela quando não viabilizou, por exemplo, postos e/ou materiais de testagem, serviços de remoção de cadáveres, pesquisa e produção de dados referentes a índices de contaminação e seus efeitos socioespaciais, dentre outros, que, por sua vez, confluíram com descasos seculares em relação à oferta de infraestruturas urbanas públicas, como água tratada, serviços de limpeza, saneamento básico etc.

Assim sendo, duas medidas foram propulsoras da ação do Comitê. A primeira foi a composição de um mutirão para a angariação, produção e distribuição de recursos e assistência aos moradores, como: cestas básicas, cestas frescas, máscaras, lavatórios (bicas públicas espalhadas pela comunidade), gás de cozinha; auxílio para a inscrição em programas de renda do governo; disponibilização de apoio psicológico profissional etc. E a segunda alusiva ao enfrentamento do apagão estatístico da covid-19 (Santos, 2023), com a realização de um recenseamento – pesquisa para a produção de dados para um conhecimento mais específico, qualitativo e, sobretudo, georreferenciado dos impactos.

Coerente deste processo, os moradores da Providência, compreendem e investem no recenseamento, no qual se efetiva como um providencial instrumento de leitura espacial dos impactos sociais da pandemia quando exprime dados fundamentais para o planejamento de soluções no território, sublinhamos, pelos próprios territorializados. Mais do que uma ferramenta de comunicação, informação e tomada de decisões, o censo serviu também como um instrumento em disputas de narrativas e de projetos (territoriais) de enfrentamento (sanitário, econômico e social) à pandemia (Santos, 2023, p. 144).

Ademais, esses dados foram de suma importância para a produção dos mapas no qual iremos aprofundar a seguir.

---

<sup>2</sup> Para uma leitura mais completa ver Cruz (2023).

### 3. A ARTICULAÇÃO ENTRE CSOSP E NEGRAM

---

O Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, em conformidade com a linha de pesquisa que trata da análise dos ativismos cartográficos, assim dizendo, de movimentos e/ou organizações sociais que se utilizam do mapa como mais um instrumento político de luta, se dedicou, no ano de 2021, a associar esses ativismos com a conjuntura dos dilemas sociais provocados pela pandemia da covid-19. Ou seja, refinamos o objeto considerando sua inserção no estudo de experiências que tratem desta temática, mais notadamente, do enfrentamento dos seus efeitos sociais através do mapa. Desta exploração conhecemos o mapeamento dos Moradores Monitores (MMs)<sup>3</sup> do Morro da Providência, coordenado pelo Comitê SOS Providência.

Diante do processo de pesquisa, as conversas entre o Comitê e o Núcleo se iniciam e se estende durante o ano de 2021, conduzindo, inclusive, o trabalho de pesquisa do Negram inteiramente para a organização de uma assessoria técnica junto ao CSOSP, sendo mobilizada assim uma nova frente de trabalho disposta à construção de quatro peças cartográficas com base na demanda dos moradores do Morro: (i) produção de um novo e mais amplo censo popular; (ii), automapeamento, toponimização de logradouros sem identificação nos mapas oficiais e/ou no próprio Morro; (iii) cartografia social, autoprodução de simbologias a partir da experiência vivida pelos agentes como moradores e, ao mesmo tempo, como pesquisadores; e, a (iv) produção de mapas temáticos digitais subvencionados dos dados produzidos no censo popular.

Com base no refinamento da organização das ações comunitárias em execução, a ação política através da ação cartográfica pelos moradores se organiza em dois processos: (i) monitoramento da contaminação por Covid-19: distribuição de cestas básicas, conhecimento de regiões com maiores índices de precariedade etc., e; (ii) formulação de um escopo: acesso a serviços e equipamentos públicos (saneamento básico, asfaltamento, iluminação pública etc.); projetos urbanos participativos frente aos empreendimentos pré-determinados (como ocorreu recentemente com o projeto Porto Maravilha etc.); mobilização em relação à demanda por instituições referentes à Educação e à qualificação profissional dos moradores etc.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/especial-covid-19/237-morador-monitor-projeto-da-comunidade-do-morro-da-providencia>. Acesso em: 06/07/2022.

Identificamos nesta parte do trabalho, dessa relação entre as reflexões sobre as demandas e sobre o que mapear, os primeiros indícios que constituem a formação de um cartógrafo social. Vale registrar, igualmente, que a construção dos princípios metodológicos que reúne produção e formação social e cartográfica se desdobra nos dois grupos de atores, no dos ativistas sociais do Comitê e no dos pesquisadores do Negram que, até o referido processo eram críticos analistas dessas experiências.

Portanto, a estrutura e a agenda do ativismo cartográfico do CSOSP são demarcadas por cinco movimentos: (i) construção do projeto, de definição das finalidades (objetivos políticos) e das formas (do como fazer), das questões (o que se quer saber) e objetos (quais as temáticas) a serem promovidos; (ii) produção e organização do questionário para o (novo) censo; (iii) recenseamento e levantamento das informações (estratégias e metodologias do trabalho de campo); (iv) processamento das informações (armazenamento e tratamento dos dados em Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) e sua aplicação na configuração dos mapas e gráficos); e, (v) divulgação e uso.

#### **4. A FORMAÇÃO E A PRÁTICA CARTOGRÁFICA DO COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA: CENSO POPULAR, CARTOGRAFIA SOCIAL E MAPAS TEMÁTICOS DIGITAIS**

---

A produção cartográfica, fruto da parceria com o Negram, embora *a priori* se constituísse como mais uma experiência excepcional, foi desenvolvida a partir do acúmulo de experiências, de conhecimentos, de relações com os moradores que as organizações sociais têm sobre o Morro da Providência. Isto posto, junto com o objetivo de se pensar questões (o que se quer saber) e a sua correspondente metodologia (como fazer) para a produção dos mapas, concluiu-se que, para a criação de novas temáticas, haveria a necessidade da elaboração de novas pesquisas que proporcionassem a produção de dados, ou seja, foi preciso o investimento em um novo recenseamento.

Desta forma, com base no importante trabalho realizado no recenseamento feito em 2020 com o projeto dos MMs mencionado acima, no qual mediram os impactos sociais da

covid-19 na Providência, foi desenvolvido um novo questionário para um novo recenseamento<sup>4</sup> (Quadro 1) – agora com a assessoria do Negram.

A produção das novas questões para o censo, apoiadas em um exercício de (re)pensar as situações sobre o território com vistas a produção de dados para a produção de mapas, foi demarcada como um ponto fundamental da formação cartográfica, da formação dos moradores da Providência em cartografia. Inclusive, é também este processo que serviu de base para a produção das outras peças cartográficas: automapeamento, cartografia social e mapas temáticos digitais.

Subdividido em oito blocos, a ampliação das perguntas passa a incluir mais das questões sobre a “identificação dos respondentes”, “identificação sobre os moradores” e, evidentemente, sobre a “saúde” – foco central do trabalho inicial –, e passa a considerar outras temáticas como: “serviços e utilidade pública”; “trabalho”; “segurança alimentar”; e “associativismo”.

**Quadro 1 – Quesitos do Questionário do Recenseamento Popular**

| Recenseamento Popular do Morro da Providência  |
|--|
| Bloco 1 – Identificação do domicílio e respondente – com informações sobre localização (área, logradouro, etc.), para integração com a geolocalização das respostas e análise espacial, e do respondente, para evitar dupla resposta.  |
| Bloco 2 – Informações sobre moradores – dados demográficos sobre cada integrante da composição familiar, como sexo, cor/raça, escolaridade, idade, bem como tempo de residência na Providência e gerações anteriores, se fosse o caso, entre outros.   |
| Bloco 3 – Saúde – atualização sobre as informações sobre a COVID-19 e outras enfermidades consideradas importantes pelo grupo (p ex, vitiligo e tuberculose).  |
| Bloco 4 – Sobre o domicílio – padrão urbanístico e de construção, bem como a condição de posse, propriedade ou aluguel. Este bloco era complementado por algumas questões também sobre as características físicas internas e externas do imóvel e do logradouro, a serem preenchidas pelos próprios MMs, sem necessidade de perguntar ao entrevistado. |
| Bloco 5 – Serviços de Utilidade Pública – serviços como abastecimento de água e coleta de esgoto, coleta de lixo, tipo de combustível utilizado para cozinhar, transporte e telefonia.   |

<sup>4</sup> A construção deste novo recenseamento ou Recenseamento Popular foi amplamente apoiada pelas análises feitas pelo Negram de três outros recenseamentos de favelas: “Pesquisa nas favelas com Unidade de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro”, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); “Censo Populacional da Maré” produzido pela ONG Redes da Maré, e; Censo da Rocinha – vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Bloco 6 – Trabalho – ocupação, tipo de vínculo, se tem atividade própria, renda, se recebe algum tipo de auxílio do governo, etc.

Bloco 7 – Segurança Alimentar: questões seguindo o modelo da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar).

Bloco 8 – Associativismo – religião, participação política, etc.

Observação dos MMs – sobre a configuração material da “área” coberta, como tipo de acesso aos logradouros (rua, beco, viela, escadaria, se é asfaltada, se permite a passagem de veículos), o material da estrutura de construção dos domicílios, se o domicílio possui outra atividade para além da moradia (econômicas, cultural, religiosa etc.) etc.

Fonte: CSOSP/NEGRAM (2022)

#### 4.1. Cartografia social “Morro da Providência: visão dos crias”

---

A produção das cartografias sociais advém de um longo e complexo processo de exercícios pautados em raciocínios centrados no espaço. Um registro que considera, sobretudo, as imaginações e as subjetividades dos sujeitos moradores do espaço-lugar a ser cartografado. Coerente desta importância, a Cartografia Social do Comitê SOS Providência (CSOSP), intitulada como “Morro da Providência: Visão dos Crias”, além de abranger a forte consideração da experiência desses atores como moradores da Providência, está balizada também nos processos de formação e de prática cartográfica técnica e política condizentes do projeto cartográfico em tela.

Sánchez e Moreira (2019, p. 10) já nos apontaram sobre a importância de considerar uma diversidade espaço-temporal nos mapas dos ativismos, de englobar análises “imediatas” da situação político-simbólica atual com a de experiências e conhecimentos “anteriores”:

Além de poder falar sobre um período particular específico, que produz toda sorte de relações espaciais, culturais, econômicas e ambientais, os exercícios cartográficos vêm contribuindo como possibilidade de friccionar tempos diferentes sobre um mesmo plano de visão. Em outras palavras, pode tornar visível a relação entre o hoje e as condições materiais e objetivas de períodos históricos anteriores. Apesar de partirmos algumas vezes do olhar imediato do cotidiano, a busca por uma gênese histórica colocou como desafio compreender quais são os contínuos e descontínuos da produção capitalista do espaço.

Ou seja, uma cartografia que reúne amplos aspectos temporais, geográficos e políticos quando os seus cartógrafos são moradores e integrantes de uma organização social do lugar a ser cartografado, com práticas territoriais e de ação políticas históricas, assim como, na

condição também de colaboradores do projeto de extensão “Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência – SOS Providência & projeto Morador Monitor” registrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo Negram.

No mesmo sentido, Cruz (2023) realizou uma rica análise sobre a estrutura das organizações que compõem o CSOSP, nas quais trata sobre os seus campos de ação e poder de articulação. Condição que propicia a constituição do Comitê, e que, de modo continuado, vai constituir a composição dos mapas sociais:

A fim de desconstruírem os estigmas que recaem sobre a região e os seus habitantes e tensionarem as imagens supersimplificadas que compõem os sistemas dominantes de representação do espaço, os projetos culturais da região portuária com os quais dialogamos operam frequentemente com **dispositivos capazes de produzir, com autonomia, autorrepresentações mais alinhadas à realidade cotidiana das comunidades que ali vivem**, e, consequentemente, comunidades de sentido. São representações que, além de documentarem as dinâmicas de vida na região e o trabalho coletivo ali desenvolvido, produzem uma autoimagem digna e positiva da comunidade, alimentando discursos visuais que oferecem novas oportunidades de leitura do território. Ancorando essas representações em seus próprios termos, esses agentes culturais do território **criam condições a partir das quais torna-se possível reconstruir identidades**, extrapolar os limites das perspectivas limitadas e abrir espaços para a imaginação de novos modos de construir a sociedade e a cidade que se deseja. (Cruz, 20203, p. 291, grifos nossos)

Dessa forma, reúnem-se nos dias 24 de setembro e 8 de outubro de 2022, na sede do CSOSP no Morro da Providência, MMs e Negram, para a produção da cartografia de *nós* mesmos, de colocar no papel as reflexões sobre a experiência vivida antes e depois do trabalho de recenseamento.

Antecipadamente, os moradores da Providência levantam importantes questionamentos diante da condição de serem fazedores de mapas: nós também podemos ser cartógrafos? É possível fazer outros mapas que não estejam sob os moldes a da engenharia? Cartografia social é mapa de verdade ou de esboço? Ou seja, sobrelevam-se tensionamentos, notadamente, em direção a uma confluência de ideias que desconstrói as naturezas tanto da ilegitimidade de não cientistas cartógrafos fazerem mapas como, do monopólio da feitura de mapas por uma cátedra elitista. Ainda, percebe-se que ter autonomia sobre a produção cartográfica, e/ou não se apoiar simplesmente sobre a gramática das convenções, não significa qualquer ruptura se a compreensão da sua *posição no mundo* não estiver abarcada. Encontra-se aqui o ponto fulcral que diferencia um mapa moderno-colonial e um mapa fruto de ativismos sociais de moradores de favela.



Fonte: Negram (2022)

## 4.2. Mapas temáticos digitais

---

Amparado sob as mesmas premissas políticas e situacionais que embasaram o automapeamento, a formulação das questões do censo popular e a cartografia social, os mapas temáticos digitais do Morro da Providência são produzidos. Ademais, este processo se configura numa espécie de segunda parte do processo de automapeamento. A primeira parte, como mencionada, foi composta pelo processo de toponimização, isto é, do conhecimento (e fronteirização) do território pelos moradores por meio da leitura de mapas de precisão da região que compreende o território do Morro e, por consequência, da nomeação de logradouros sem identificação. No entanto, este momento atual, embora também se pautar na produção do mapa a partir das decisões dos moradores, tem a diferença da intervenção ser feita a partir não dos seus conhecimentos dos moradores a partir da sua vivência no espaço-lugar, mas a partir dos dados coletados e tratados do recenseamento.

Em síntese, a produção dos mapas temáticos digitais do Morro da Providência feitos pelo CSOSP e Negram gerou cerca de 10 automapas, nos quais traremos um deles para ilustração. Intitulado como “cor ou raça dos respondentes” (Figura 2), o mapa confirma diante da predominância estatística da população negra, a nomenclatura cunhada por Heitor dos Prazeres no início do século XX, e sublinhada pelos moradores no processo desta pesquisa, quando afirma ser a região onde está localizada o Morro da Providência de “Pequena África”. Segundo os moradores, o mapa apenas ratifica o que todos ali já sabiam, da Providência tratar-se de um recorte espacial do protagonismo e da resistência da população negra. Uma materialização diaspórica africana com referências históricas globais e de substancial densidade sociopolítica marcadas/grafadas no espaço.

Mapa 2. Cor ou Raça dos respondentes



Fonte: Negram (2022)

Vale destacar que o automapeamento, o recenseamento, a cartografia social e os mapas temáticos digitais são processos interdependentes e, provindos de amplos e complexos processos de raciocínios espaciais e de produção de conhecimento *de favela*: pensar as questões do censo tem a ver com a temática a ser digitalizada, que tem a ver com o que se pensa em expor no mapa de esboço, que tem a ver com a forma de organização do trabalho de campo, que tem a ver com o recorte e decisão sobre o que é a geografia do Morro da Providência, que tem a ver com os estudos sobre o mapa de precisão.

Assim como Taylor (1994, p. 4), que analisou o atual cenário emancipatório em que se encontra a Ciência Cartográfica a partir da disseminação das suas ferramentas de produção digitais e a sua evolução no tratamento e representação dos dados:

A Cartografia precisa suplementar e complementar seus produtos topográficos e locais com produtos temáticos que aumentarão nossa compreensão do mundo em que vivemos juntamente com uma aceitação da especificidade cultural e do contexto cultural de ambos os produtos e processos cartográficos.

Sem embargo, a possibilidade de se poderem fazer mapas diante da disseminação das suas ferramentas, não pode substituir ou secundarizar as questões relacionadas, como bem enfatizou o autor, com o “contexto cultural”. Caso contrário, se essa questão não for

considerada, os softwares produtores de mapas, que propiciam a possibilidade factual de não engenheiros cartógrafos fazerem mapas, terminam por, continuamente, reproduzirem a ordem simbólica padrão. Desta forma, o conceito “novo” é altamente desqualificado e resumido a um mero adjetivo, quando mapas diferentes seriam feitos pra comunicar de forma “nova” a retórica da modernidade.

Coli (2010), contudo, analisa experiências cartográficas que, mesmo se utilizando desses softwares, como o SIG, conseguem (disputam!) representar suas práticas territoriais sobre um viés autoral e situacional – estruturalmente crítico –, transgredindo temáticas e simbologias arquetípicas. Sinaliza para o nexos de uma divisão política sobre o instrumental, e, por consequência, sobre o poder do símbolo. Conceituada nos seus estudos como objeto fronteira (Harvey; Chrisman, 1998), o autor não considera apenas a atribuição prévia de interpretar o SIG – e, aqui estendemos a referência para a equipagem cartográfica de um modo geral – como uma ferramenta sintetizadora de ilusões geográficas (Castro, 1999) aos moldes modernos unicamente, como uma edificação monolítica autônoma.

Do lado avesso, o sociólogo convalida tratar da (disputa) política também através (da disputa) do mapa, sobre a impressão de uma diversidade política em relação a sua serventia pré-programada, uma construção resultante de negociações, onde forças sociais complexas e localmente contingentes produzem um SIG diferente, conectando com sucesso perspectivas múltiplas, e mesmo opostas (Coli, 2010, p. 96).

Este processo de desconstrução e reconstrução da cartografia sob o raciocínio espacial e protagonismo dos participantes/cartografados, requalificados como cartógrafos, objetiva um mapeamento que atenda aos seus interesses e intenções, que são, por sua vez, epistêmicos, políticos, territoriais, identitários etc. Desta forma, o engajamento do projeto ciberativista em tela busca flexionar o mapa digital para, junto da tematização dos grupos historicamente subalternizados, expressar ao máximo a sua simbologização.

Os dados do recenseamento tematizados nos automapas digitais do CSOSP e Negram, embora tenham, em sua estrutura a inequívoca rigidez dos trabalhos estatísticos e dos mapas de precisão, nos quais engessam sensíveis informações em pontos e vetores numa tela de computador, são constituídos por uma irrestrita autonomia simbólica/política inequívoca da autenticidade dos moradores da Providência. Desta maneira, esses mapas, para além da sua virtualidade, assim como a cartografia social, são um produto original e autoral.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Por meio da breve relatoria da experiência de ativismo cartográfico de agentes sociais do Morro da Providência no Rio de Janeiro, o presente trabalho buscou entender como se desenvolve o processo de produção e uso dos mapas por populações subalternizadas que não tiveram essa experiência anteriormente. Portanto, ao fim e ao cabo: quando moradores de favela tornam-se moradores de favela-cartógrafos? Ou, como o entendimento e a percepção desses sujeitos, sobre as suas práticas, condições e situação político-econômica, pode ser transferida e/ou transmitida para mapas?

Cruz (2023), ao estudar minuciosamente a formação e as práticas do Comitê SOS Providência, deu algumas pistas sobre este processo de mudança e ampliação da forma organizativa e de ação do Comitê, quando passam a lidar com novas demandas. A autora pergunta como entidades do campo cultural, diante de uma crise sanitária, se transferem – ou como preferem –, se reconstroem para o enfrentamento de problemas sociais no âmbito da saúde. Em uma das suas conclusões a arquiteta indica que esses novos processos e ações possuem uma intrínseca relação com as práticas originais dessas organizações de enfrentamento aos processos de subalternizações superestruturais, no campo simbólico, do discurso, da narrativa. Ou seja, diante do amplo acúmulo de conhecimento sobre o território e sobre as demandas da população, sobre processos de marginalização e do seu alto poder de mobilização, o redirecionamento das ações dos agentes é acionado.

Desta reflexão, outra questão foi pensada: como se desenvolvem os processos de “reconstrução de identidades”, como se dá essa des-re-territorialização das imaginações e opiniões e, sem perder de vista, como isso pode se refletir em raciocínios espaciais que levariam a construção de mapas da Providência?

Este movimento de desconstrução e reconstrução das análises e das ações consideramos ser de grande importância, pois, um dos desdobramentos constatados neste processo foi justamente a desnaturalização sobre as configurações materiais e culturais espacializadas. Como foi visto, por exemplo, nas exposições dos relatos de trabalho de campo dos *crias* na produção da cartografia social, quando interagem conhecimentos prévios – na condição de moradores – com conhecimentos assimilados na experiência cartográfica.

Esta parece ser uma condição imanente dos processos sincrônicos de transformações do pensamento e da compreensão, sobretudo, crítico das situações. Podemos afirmar que a

desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (Deleuze e Guattari, 1997b:224, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 127). Abandonar o território, contudo, não significa desabitá-lo em definitivo, mas desnaturalizá-lo. Questionar o que está posto como verdade ou senso comum sobre a paisagem e sobre os seus significados e valores, por outro prisma, significa complexificar as dimensões subjetivas a partir da leitura crítica e, sem demora, a produção de respostas e/ou simbologias diversas. Mansilla Quiñones (2021, p. 184), nesse sentido dá mais especificidade em relação ao nosso tema quando assinala que, fica claro que as práticas cartográficas são irredutíveis a um manual de utilização. Pelo contrário, cada experiência cartográfica adquire um carácter situado no quadro dos territórios, das culturas e das práticas espaciais em que se inscreve quem se prepara para cartografar.

É justamente a partir desta questão, sobre a influência desse carácter situacional, ou como disse Harvey (2013), de quando o mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político, que buscou-se investigar o processo que qualifica o sujeito em cartógrafo, de analisar o ativista social quando se utiliza dos mapas produzidos por si para as suas reivindicações. Assim como é imprescindível valorizar o *locus* de enunciação do evento (espaço absoluto – cartografia de precisão), é fundamental, conjuntamente, apreciar seus impactos reflexivos do conjunto das informações num espaço-lugar (espaço relacional – cartografia situacional). Esta análise, inclusive, é o que consubstancia uma das questões centrais da Geografia: o porquê de um fenômeno político, econômico ou até mesmo natural, acontecer em um determinado lugar e não em outro, ou o porquê de um mesmo fenômeno ter impactos distintos a partir de lugares distintos.

Portanto, foi entendido, amparados pela experiência ativista de cartografia em tela, que esse processo de internalização da informação se dá, sobretudo, no campo da experiência, da prática: nos debates que confluíram nas perguntas do censo; na escuta e reflexão das respostas dos moradores do território; na conversa informal entre uma pergunta e outra; nas andanças pelo território pelos moradores-pesquisadores por regiões não antes percorridas, por vezes, nem conhecidas; nas aulas técnicas e políticas sobre cartografia; no processo de toponimização e de decisão sobre as fronteiras do Complexo da Providência; na série de palestras promovidas nas mesas-redondas; nos debates e raciocínios espaciais na composição de cartografia social etc.

Os moradores do Morro da Providência-cartógrafos são provocados, nessas práticas, a conceberem outras formas de ver, vivenciar e pensar o seu lugar. Raciocinar espacialmente a partir da pesquisa-ação dos dados termina por desnaturalizar o senso comum sobre o lugar em que vivem e a sua opinião sobre sua condição sociológica, assim como, pensam (e decidem) as melhores formas de colocarem isso num mapa. A favela nesta situação é lugar de morada e campo de pesquisa. Logo, a intervenção neste lugar/campo promove trocas de experiências fundamentais para o desfazimento de rótulos ou da invisibilização de determinadas situações, pois ultrapassa o trato quando somente vizinhos, a relação aqui não é somente informal, nem tampouco um interrogatório técnico como os característicos de institutos de fora do Morro.

O que se configura, ao fim e ao cabo, é uma relação de reconhecimento mútuo entre as partes, mas de análise também, que, como entende Acselrad e Coli (2008, p. 38), ao “ligar os atores e o território, e construir o território com os atores e, mobilizar estes atores através do território, [temos] a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão”.

O CSOSP, a partir da produção cartográfica, de mais essa forma de poder, usa os mapas, não como reflexo gráfico de dados recolhidos da realidade, mas como representação que inscreve sobre a realidade de leituras produzindo novas espaçotemporalidades (NACIF e NAME, 2010, p. 6). Mais do que informar, enquanto raciocínio espacial (Lacoste, 1988) textualizado em uma (e, através de uma) ferramenta de visualização (Harley, 2009), a representação cartográfica constitui uma leitura da realidade, que orienta comportamentos. (SANTOS, 2013, p. 146).

Com isso, o CSOSP produz e usa os seus mapas para materializar outras interpretações sobre a “realidade”, para disputar valor e ocupar e se afirmar no *status quo*.

Em resumo, foi observado, com a experiência do ativismo cartográfico do Comitê SOS Providência, a proposição para com outra ciência cartográfica – mesmo que se utilizando ainda das ferramentas e SIGs que, como foi visto, reduzem e/ou condicionam as formas de se pensar e representar cartograficamente. O que vale ressaltar é a ruptura sobre a hegemonia institucional da produção cartográfica, sobre os que tomam a decisão sobre o que vai ou não para o mapa. Ruptura que demonstra que mapear agora, também se realiza a partir das relações simbólicas do quadro das experiências, como enuncia Muniz Sodré (2002). A condição do sujeito subalternizado como cartógrafo torna-se uma das expressões do presente dilatado (SANTOS, 2002), ou seja, da coexistência e, de implicações e, de contrassensos e, de diversidades de inúmeras perspectivas e entendimentos políticos sobre a vida e sobre a

ciência, e, especialmente sobre as imagens, como pensou Haraway (1995, p. 33): imagens não podem ser visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar.

O Ativismo cartográfico do CSOSP, com a autoprodução de signos e de significados cartográficos enfrentou desta forma, três situações: (i) materializou a disrupção da exclusividade/totalitarismo do cientificismo de sentenciar o símbolo que é legítimo e o que não é; (ii) situou a simbologia estatal como apenas mais uma das orientações possíveis, e; (iii), concretizou a (auto)crítica ferrenha de Massey (2004, p. 15), na qual condiz que reconhecer que os outros realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo ao academicismo/cientificismo, mas tem suas próprias histórias para contar.

## 6. REFERÊNCIAS

---

COLI, Luis R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambigüidades e assimetrias. *In*: Henri Acselrad (Org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate..** Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010. p. 93-122.

CRUZ, Giovana. Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro : sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente / **Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF), 2023.**

CORREIA, Cloude de S., Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. **Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB), 2007.**

HALE, Charles R. Entre el mapeo participativo y la “geopiratería”: las contradicciones (a veces constructivas) de la antropología comprometida. **Prácticas otras de conocimiento(s) : Entre crisis, entre guerras /** Leyva, X. J. Alonso, R. A. Hernández, A. Escobar, A. Köhler ... [et al.]. - 1a edición digital - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Chiapas: Cooperativa Editorial Retos; Lima: Programa Democracia y Transformación Global (PDTG); Copenhague: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA); La Habana: Talleres Paradigmas Emancipatorios-Galfisa; Coimbra: Proyecto Alice - Espejos Extraños,

Lecciones Insospechadas; Guadalajara: Taller Editorial La Casa del Mago, 2018. Tomo II, Libro digital, PDF, p. 299-320.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28). 2013. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>

HARVEY, F., CHRISMAN, N. Boundary objects and the social construction of GIS technology. **Environment and Planning A** 30 (9), 1683–1694; 1998.

MANSILLA QUIÑONES, Pablo. Descolonizando el mapa: marcando presencias y ausencias geográficas en cartografias de re-existencia. In: CATTANEO, D. et al (Orgs), **Geografias das R-existências**. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021, pg. 173-194.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade / Dooren Massey; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NACIF, C. L. ; NAME, Leonardo. Vai para o mapa ou não vai? Reflexões sobre o planejamento urbano participativo na perspectiva de uma cartografia crítica. In: **Colóquio Território Autônomo**, 2010, UFRJ, 2010. Colóquio Território Autônomo, 2010.

SÁNCHEZ, F. e MOREIRA, P. C. Introdução: a cartografia como ferramenta epistêmica e política. In. **Cartografias do conflito** : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / organizadoras Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central** Número Especial EGAL – Costa Rica, 2011. p. 1-17.

SANTOS, Renato Emerson dos. Cartografias no contexto da COVID-19 no Brasil. **Journal of Latin American Geography**, Volume 22, Number 2, September 2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L.; COLI, L. R. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. Em: RISEK, C. S.; ALMEIDA, L. (Eds.). **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo: Olhares e Questões Contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2022.

TAYLOR, D. R. Fraser. Uma Base Conceitual para a Cartografia: Novas Direções para a Era da Informação. **Caderno de Textos – Série Palestras**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-24, ago., 1994

